CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Dino reúne investigações sobre suposto esquema envolvendo Mário Frias

Ministro do STF reuniu investigações que apuram possível desvio de recursos de emendas parlamentares e contratos ligados à Prefeitura de São Paulo.

Fonte original: melhorinvestimento.net. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	melhorinvestimento.net (melhorinvestimento.net)
Autor	Lucas Machado
Data de publicação	13/09/2026 14:40
URL original	https://melhorinvestimento.net/noticias/dino-tira-sigilo-investigacao-mario-frias
Relevância	Média · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	Mário Frias, Karina Gama, Flávio Dino
Organizações	Prefeitura de São Paulo, Polícia Federal, Complexsys, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Academia Nacional de Cultura (ANC), Supremo Tribunal Federal
Data da coleta	29/09/2026 10:04
Situação	No ar · última verificação 27/11/2026 20:36
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Um dos pontos destacados na investigação envolve a Complexsys Soluções Integradas Ltda., empresa de tecnologia contratada pelo Instituto Conhecer Brasil (ICB), entidade presidida pela empresária Karina Ferreira da Gama e beneficiária de recursos provenientes de emendas parlamentares.

• A Complexsys também teria transferido valores para a Academia Nacional de Cultura (ANC), outra organização sem fins lucrativos presidida por Karina Gama.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / melhorinvestimento.net

RESUMO

Dino reúne investigações sobre suposto esquema envolvendo Mário Frias Ministro do STF reuniu investigações que apuram possível desvio de recursos de emendas parlamentares e contratos ligados à Prefeitura de São Paulo. O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), retirou neste domingo (13) o sigilo de documentos enviados pela Justiça de São Paulo e reuniu sob sua relatoria investigações sobre um suposto esquema de desvio de recursos públicos.

Dino reúne investigações sobre suposto esquema envolvendo Mário Frias

Ministro do STF reuniu investigações que apuram possível desvio de recursos de emendas parlamentares e contratos ligados à Prefeitura de São Paulo.

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), retirou neste domingo (13) o sigilo de documentos enviados pela Justiça de São Paulo e reuniu sob sua relatoria investigações sobre um suposto esquema de desvio de recursos públicos. A apuração envolve emendas parlamentares federais, contratos relacionados à Prefeitura de São Paulo e pessoas ligadas ao deputado federal Mário Frias (PL-SP).

A decisão ocorre poucos dias depois de a Polícia Federal realizar buscas na residência do parlamentar. Na quinta-feira (10), Frias classificou a operação como uma “cortina de fumaça”, negou irregularidades e afirmou que pretende colaborar com os investigadores, além de fornecer os documentos solicitados. O deputado também declarou acreditar que o caso será arquivado.

Segundo Dino, os elementos reunidos nas diferentes investigações apresentam indícios de conexão. O ministro cita uma hipótese investigativa segundo a qual haveria uma organização criminosa estruturada para captar, movimentar e ocultar recursos públicos.

Os autos também mencionam uma linha de investigação sobre possíveis vínculos do grupo com o Primeiro Comando da Capital (PCC). A referência, conforme o despacho, integra uma hipótese ainda investigada pelas autoridades.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

Continue acompanhando:

PF aponta possível “circuito financeiro fechado”

Um dos pontos destacados na investigação envolve a Complexsys Soluções Integradas Ltda., empresa de tecnologia contratada pelo Instituto Conhecer Brasil (ICB), entidade presidida pela empresária Karina Ferreira da Gama e beneficiária de recursos provenientes de emendas parlamentares.

Segundo a representação da Polícia Federal reproduzida na decisão de Dino, a empresa recebeu transferências de Mário Frias e posteriormente realizou repasses ao próprio ICB. A Complexsys também teria transferido valores para a Academia Nacional de Cultura (ANC), outra organização sem fins lucrativos presidida por Karina Gama.

Para os investigadores, a movimentação entre o parlamentar, o instituto, a empresa contratada e a organização beneficiária poderia indicar um “circuito financeiro fechado”.

A PF avalia que a sequência de transferências não apresentaria, em tese, características de relações comerciais independentes e justificadas economicamente. A hipótese levantada é de que empresas e organizações formalmente separadas poderiam estar sendo utilizadas para movimentar e ocultar recursos.

Investigação aponta possível confusão patrimonial

Outro aspecto mencionado pela Polícia Federal é uma possível confusão patrimonial envolvendo o Instituto Conhecer Brasil, empresas contratadas pela entidade e pessoas relacionadas ao grupo investigado.

Os investigadores identificaram, segundo os documentos, vínculos societários cruzados, proximidade entre sócios e administradores e movimentações financeiras que, na avaliação da PF, seriam incompatíveis com a atividade econômica declarada de algumas empresas. Também foram apontadas devoluções sucessivas de recursos sem justificativa econômica aparente.

A PF sustenta que esses elementos podem indicar uma atuação coordenada entre pessoas físicas e jurídicas formalmente distintas. A hipótese investigada é que determinadas empresas teriam sido utilizadas como instrumentos para circulação patrimonial e eventual ocultação de valores.

Movimentações envolvendo Mário Frias entram na apuração

As investigações também analisam transações financeiras envolvendo Mário Frias e a Go Up Entertainment, empresa ligada a Karina Ferreira da Gama.

Segundo os investigadores, Frias teria transferido recursos para a empresa em valores considerados incompatíveis com sua renda declarada e com os créditos identificados nas contas analisadas.

Para a PF, esse conjunto de movimentações pode indicar que o deputado teria desempenhado um papel mais direto na estrutura investigada, e não apenas participado da destinação de emendas que posteriormente teriam sido desviadas por terceiros.

Os investigadores também apontam relações patrimoniais entre Frias e pessoas e empresas que fariam parte do mesmo núcleo identificado em outras etapas da apuração.

As conclusões, entretanto, fazem parte de uma investigação em andamento e ainda dependem da análise dos elementos reunidos pelas autoridades.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Dino vê conexão entre as investigações

Ao analisar os documentos encaminhados pela Justiça paulista, Flávio Dino avaliou que os elementos reforçam a hipótese de uma estrutura envolvendo recursos de emendas parlamentares e contratos firmados com a Prefeitura de São Paulo.

A representação da PF sustenta que não haveria dois esquemas independentes, mas uma única estrutura envolvendo diferentes frentes financeiras.

No despacho, Dino reproduziu a conclusão dos investigadores de que existiriam “fortes indícios” de uma organização criminosa supostamente voltada à captação, distribuição e ocultação de recursos públicos, na qual Mário Frias teria papel central.

O ministro também registrou a hipótese de possíveis vínculos com o PCC, ressaltando que essa conexão aparece como uma linha investigativa mencionada nos autos.

As apurações continuam e, até o momento, as suspeitas apresentadas pela Polícia Federal não representam uma conclusão definitiva sobre a responsabilidade dos investigados.

Dark Horse | Destaque Economia | STF | flávio dino | mário frias | pcc

Fonte original: https://melhorinvestimento.net/noticias/dino-tira-sigilo-investigacao-mario-frias · Coletado em 29/09/2026 10:04 · Gerado em 27/11/2026 23:55

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.